

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo: 3310552220211202215135

Recurso 0820823-18.2020.8.23.0010 ☆ - (77 dia(s) em tramitação)

Órgão Julgador: Câmara Cível em Composição Reduzida

Relator: Almiro José Mello Padilha


Classe Processual: 198 - Apelação

Assunto Principal: 10435 - Acidente de Trânsito

Matéria: Matéria Genérica das Turmas Cíveis

Nível de Sigilo: Público

Selos:

Árvore Processual:  Processo: 0820823-18.2020.8.23.0010 - Procedimento Ordinário
Recurso: 0820823-18.2020.8.23.0010 - Apelação Cível

Dados do Recurso

Partes

Movimentações

Movimentações no 1º Grau

Apensamentos

Ações Vinculadas

Realces

Realçar Movimentos de:

☐ Magistrado☐ Servidor☐ Advogado☐ Membro MP☐ Defensor☐ Procurador☐ Outros☐ Audiência

Ocultar Movimentos:

☐ Inválidos☐ Sem Arquivo☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

☐ Advogado☐ Advogado NPJ☐ Entidades Remessa☐ Juiz Recursal☐ Membro do MP/Delegado☐ Procurador☐ Servidor

Sequencial(Intervalo):

ao

Data do Movimento(Período):

à

Descrição:

17 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 17

500 por pág. ▾1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
	17	02/12/2021 21:51:35 JUNTADA DE PETIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE ACÓRDÃO (24/11/2021)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
<div><div>17.1 Arquivo: Petição</div><div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO</div><div>2746498EMBARGOSDECLARACAOACORDAO2aINST01.pdf</div><div>Público</div></div>			
16	26/11/2021 15:07:27	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 26/11/2021 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 13) JUNTADA DE ACÓRDÃO (24/11/2021) e ao evento de expedição seq. 14.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
15	24/11/2021 10:21:49	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de BIANCA SOBRINHO com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 13) JUNTADA DE ACÓRDÃO (24/11/2021)	Robson Leandro Lima da Silva Analista Judiciário
14	24/11/2021 10:21:49	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 13) JUNTADA DE ACÓRDÃO (24/11/2021)	Robson Leandro Lima da Silva Analista Judiciário
	13	24/11/2021 09:59:07 JUNTADA DE ACÓRDÃO	Bruna Rafaell Sousa Assessor de Juiz da Recursal
12	19/11/2021 18:40:01	CONHECIDO O RECURSO DE PARTE E PROVIDO	Suzete Souza dos Santos Analista Judiciário - Área Recursal
11	06/11/2021 00:01:14	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de BIANCA SOBRINHO) em 05/11/2021 *Referente ao evento (seq. 7) INCLUÍDO EM PAUTA PARA 16/11/2021 08:00 (26/10/2021) e ao evento de expedição seq. 9.	SISTEMA CNJ
10	27/10/2021 22:15:30	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 27/10/2021 *Referente ao evento (seq. 7) INCLUÍDO EM PAUTA PARA 16/11/2021 08:00 (26/10/2021) e ao evento de expedição seq. 8.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador



EXMO. SR. DR. DESEMBARGADOR RELATOR ALMIRO PADILHA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA

Processo n.º 08208231820208230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **BIANCA SOBRINHO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª opor

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Ante os fundamentos a seguir:

DA SÍNTESE DOS FATOS E DA CONTRADIÇÃO

Sem adentrar ao mérito da D. Decisão, informa a V. Exa. que constou nos fundamentos desta o seguinte:

Foi realizada perícia judicial que constatou a existência de invalidez parcial incompleta decorrente da lesão de gravidade leve (25%) no membro inferior esquerdo da Apelante, conforme constante no EP. 54, fl. 2. Nesse sentido, a tabela constante na Lei n.º 6.194/74, alterada pela Lei n.º 11.945/09, resultando no valor de R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais).

Com a mais respeitosa vênia, assim o fazendo, afigura-se a v. decisão contraditória em pontos essenciais, justificando o cabimento dos presentes Embargos de Declaração, a fim de que essa V. Exa. decida-os e confira não só efeitos integrativos, como também, modificativos ao respeitável *decisum*.

Assim, tem-se que a embargante foi condenada ao pagamento de **R\$ 3.375,00, corrigido monetariamente e acrescidos de juros.**

Ocorre que, conforme explanado no mérito da sentença, o laudo traumatológico do IML, **comprova a invalidez permanente de 25% MEMEMBRO INFERIOR ESQUERDO.**

Diante dos fatos aduzidos, resta evidenciado nos autos que a r. decisão, não fez a melhor justiça, data vênia, eis que, **demonstra fundamentação e dispositivo contraditórios**, ferindo o princípio da razoabilidade, razão pela qual, a Embargante opõe o presente, com a finalidade de evitar a condenação injusta e infundada.

Eis que os percentuais apurados de invalidez deveriam ter sido calculados levando em consideração a indenização máxima prevista para as **lesões apuradas** e para se chegar ao valor indenizável devido, na presente hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

1) Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda;

Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais	Valor da Indenização
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	das Perdas	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70	R\$ 9.450,00

2) Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Repercussão	Valor da Indenização
25% (grau leve)	R\$ 2.362,50

Portanto, a Embargante esclarece que a verba indenitária deverá respeitar o cálculo apresentado acima, não ultrapassando a monta de **R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**.

Assim sendo, a Embargante, demonstra nesses autos, onde ocorreu o equívoco no valor da condenação arbitrado por sentença, eis que a ora Embargante fora condenada ao pagamento de indenização correspondente a gradação da lesão diversa da acometida pelo Embargado, desrespeitando legislação em apreço, afigurando-se o julgado em desvirtuamento da norma legal, merecendo ser reformada a sentença neste ponto para que haja aplicação da norma legal pertinente ao caso concreto, conforme o disposto no 3º, inciso II, da Lei nº. 11.945/2009 e Súmula 474 do Superior Tribunal de Justiça.

EMINENTE JULGADOR

São essas as razões pelas quais a embargante, invocando os áureos e doutos suplementos de Vossa Excelência, confia, espera e requer sejam acolhidos e providos os presentes Embargos Declaratórios, enfrentado-se os pontos contraditórios suscitados, sob a ótica dos artigos 3º, inciso II, da Lei nº. 11.945/2009, c/c com a **Súmula 474 do STJ** e Art. 1.022 do Código de Processo Civil, conferindo-lhes efeitos integrativos, por via de consequência modificativos, para o fim de prover integralmente.

A Embargante informa que pelo fato dos presentes Embargos terem efeitos infringentes, requer que seja feita a devida intimação da parte Embargada, para que esta venha responder as presentes alegações.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 30 de novembro de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

DIEGO PAULI
858 - OAB/RR